

# A MEDIAÇÃO CULTURAL E O TRABALHO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Ana Cristina Fernandes Martins<sup>1</sup>

Luísa Euzébio Guedes de Freitas<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo reflete sobre a atuação do psicólogo no contexto de acolhimento institucional, defendendo a mediação cultural como instrumento que possibilita a participação da criança e do adolescente na prática socioeducativa. A mediação cultural permite a expressão da narrativa, na medida em que trabalha a subjetividade. A partir de um estudo de caso, foi feita também a reflexão da prática de uma instituição de acolhimento institucional, através da observação participante, de entrevistas com três professoras do corpo docente da instituição e um grupo focal com cinco meninas em acolhimento institucional. Foi estudada a relação da instituição com a utilização de mediadores culturais.

**Palavras-chave:** Acolhimento Institucional. Mediação Cultural. Narrativa.

## INTRODUÇÃO

Na perspectiva de compreender a complexidade do tema e suas repercussões no processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes que vivem a realidade do acolhimento institucional, surgiu a motivação em investigar a influência dos mediadores culturais enquanto instrumentos desencadeadores da narrativa desses sujeitos. Neste artigo, o assunto é tratado por meio do esclarecimento sobre o serviço de acolhimento institucional, junto à discussão teórica a respeito da mediação cultural, sob a ótica da teoria Histórico-Cultural, seguido do relato da experiência empírica em uma instituição de acolhimento e da discussão dos resultados alcançados mediante a execução da metodologia da pesquisa, chegando, enfim, às proposições finais que permitiram compreender como os objetivos da pesquisa foram interpretados, destacando a importância da intervenção da psicologia nas instituições de acolhimento.

Esta reflexão parte de um trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), entre o período de agosto de 2014 a julho de 2015, intitulado: “Era Uma Vez: O Enfrentamento da Realidade Através da Imaginação e da Fantasia por Crianças e Adolescentes em Contexto de Abrigo”. Teve como

<sup>1</sup> Doutora em Ciências, na área de Psicologia, pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Faculdade de Psicologia - Universidade Federal do Amazonas. E-mail: anamar.ufam@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia - Universidade Federal do Amazonas. E-mail: luisa-euzebio@hotmail.com.

objetivo principal analisar como o imaginário e a fantasia podem ajudar as crianças e adolescentes a lidar com a violência no enfrentamento da realidade, identificando, para isso, a presença de mediadores culturais que promovem a narrativa de crianças e adolescentes no processo socioeducativo de instituições de abrigo e investigando a importância da narrativa no processo socioeducativo e seus benefícios no desenvolvimento da criança e do adolescente. Por compreender que a discussão sobre a imaginação e fantasia não se limita à expressão da subjetividade, foi escolhido para o artigo concentrar-se na interpretação do conceito de subjetividade na análise da mediação cultural.

Assim, considerando a importância do acolhimento institucional como medida protetiva para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, buscou-se compreender a respeito da utilização de mediadores culturais como alternativa para a prática socioeducativa do abrigo, fortalecendo o acolhimento com fatores positivos, pensados e planejados sob a perspectiva do contexto de desenvolvimento da criança e do adolescente.

O trabalho reflete sobre a atuação do psicólogo em contexto de acolhimento institucional a partir da perspectiva da Psicologia Escolar/Educacional, visto que, historicamente, o estudo da Psicologia Escolar/ Educacional, de acordo com Maciel, Silva e Tacca (2001), tem como objetivo aprimorar a compreensão e os conhecimentos sobre os processos educativos. Sendo o contexto de acolhimento institucional um dos campos da prática deste profissional, deve ser considerada a importância em problematizar sua atuação e pensar nas técnicas e instrumentos que auxiliam este fazer.

Considerando essa premissa, o documento do Conselho Federal de Psicologia, intitulado “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos na Educação Básica” (2013), estabelece, dentre seus eixos, que é função do psicólogo participar do trabalho de elaboração, avaliação e reformulação do projeto político-pedagógico da instituição, destacando a dimensão pedagógica ou subjetiva da realidade escolar. Isso permite sua inserção no conjunto das ações desenvolvidas pelos profissionais da escola e reafirma seu compromisso com o trabalho interdisciplinar. No que tange às práticas de intervenção no âmbito das instituições educacionais, o referido documento preconiza que a função do psicólogo é conduzir a criança e o adolescente a descobrir seu potencial de aprendizagem, auxiliando na utilização de mediadores culturais que possibilitem expressões da subjetividade.

## **1 O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E A MEDIAÇÃO CULTURAL**

Historiando sobre o serviço de acolhimento institucional é possível refletir que, com a oficialização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, passa a reger a aplicação da “condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos” (ECA, artigo 100). O ECA define, então, o acolhimento institucional em abrigo ou o acolhimento por famílias como medidas protetivas para as crianças e adolescentes que tem seus direitos violados ou negligenciados no núcleo familiar.

“(…) o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (ECA, artigo 101, parágrafo 1º).

Tais processos ocorrem em última instância, para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. As crianças e adolescentes que tem seus direitos violados são encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude, por Conselhos Tutelares ou pela própria comunidade (BRASIL, 1990).

Dentre as razões que levam à necessidade do acolhimento institucional e o afastamento temporário da criança e do adolescente de sua família, estão: a negligência, o abandono e violência física, psicológica ou sexual, que podem ou não estar associados ao uso de álcool e outras drogas pelos pais ou responsáveis. Dessa forma, a pobreza, como declarado no artigo 23 do ECA, não é motivo suficiente para a utilização de tal medida protetiva (GRAJEW, 2012).

As Orientações Técnicas para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes, aprovada pelo Governo Federal em 2009, têm como objetivo regulamentar nacionalmente a organização e oferta do serviço de acolhimento e da política de proteção de assistência social veiculada através dos abrigos. Segundo as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009) o propósito do acolhimento institucional deve ser o de oferecer um ambiente de cuidados que facilitem o desenvolvimento integral da criança e do adolescente acolhidos, a superação do afastamento familiar e das violências vividas, a ressignificação e apropriação de sua história de vida e o fortalecimento da autonomia e cidadania, por meio do convívio comunitário e inserção social.

Mesmo existindo a legislação para respaldar o acolhimento institucional, a tarefa de exercer o cumprimento de tais leis na prática cotidiana de uma instituição de acolhimento é extremamente complexa, considerando as histórias de vida de cada criança e adolescente atendido pelo serviço e as relações construídas com familiares e cuidadores, suas vidas dentro e fora da instituição. A importância do momento de inserção destas crianças e adolescentes nas instituições deve ser fator de reflexão, pois é para eles lugar de desenvolvimento. A

violência contra seus direitos, o distanciamento da família, a locomoção para um novo ambiente e o apego a outras pessoas que farão parte de suas vidas. Todas são questões a serem pensadas no acolhimento institucional. Mais que o cumprimento de leis, tratar do acolhimento institucional é exercer influência na história de vida de crianças e adolescentes, decidindo a relação que constroem e que vão construir com o mundo.

A concepção de subjetividade que permeia o trabalho trata-se de um sistema complexo de significações e sentidos produzidos na vida cultural, uma vez que a mesma é um elemento constitutivo da cultura e da vivência do indivíduo. É necessário enfatizar a relação indissolúvel entre os participantes e a sociedade que os circunda, através da subjetividade, a partir da definição de Rey (2005), onde:

O tema da subjetividade é adotado a partir de uma perspectiva dialógica, dialética e complexa, em que a subjetividade não aparece “coisificada” em nenhum tipo de entidade, nem de invariante universal da natureza humana, mas que se expressa como um sistema complexo em constante avanço, que constitui o sujeito concreto e, por sua vez, é constituída por aquele de forma permanente por meio de sua constante produção de sentidos e significados dentro dos diferentes sistemas da subjetividade social em que desenvolve suas ações. (p. 08)

Os mediadores culturais seriam, então, instrumentos que se utilizam de expressões culturais, relativos à construção do indivíduo enquanto ser social, que permitem dar voz às crianças e aos adolescentes dentro do processo socioeducativo da instituição de que fazem parte, pois tornam possível um papel ativo e participativo, para que construam junto aos educadores a prática socioeducativa. Segundo Zanolla (2012), na área da educação a mediação diz respeito à relação recíproca entre o indivíduo e o conteúdo a ser estudado, de modo que este se torna sujeito do processo dialético. Assim, sua representação social e sua história de vida, quando trabalhados a partir de sua subjetividade, passam a participar daquilo que é estudado ou ensinado.

É Vigotsky (2007) que traz os processos mediacionais como possibilidade de trabalho em contextos educacionais, tratando do desenvolvimento humano através da relação social. Utiliza-se, assim, a mediação para a construção de sentidos e significados, a forma como somos afetados pelas relações construídas com o mundo e aquilo que é construído socialmente, respectivamente, que partem da subjetividade para a construção de uma história de vida. O homem está inserido no mundo e dessa forma se constrói socialmente, trabalhando a dialética entre suas relações através dos mediadores que o afetam.

Considerando a busca por um serviço com capacidade de proporcionar às crianças e adolescentes um ambiente propício ao desenvolvimento, Vectore (2015) declara que:

Em síntese, a qualidade do atendimento à criança abrigada deve estar alicerçada em vários patamares, como a existência de políticas públicas eficientes, a consolidação de um projeto educacional visando à capacitação dessas instituições e também na necessidade de compreender que a utilização de estratégias mediacionais pode ser fundamental para a promoção do desenvolvimento no contexto da instituição, devido à possibilidade de enriquecimento das estimulações ambientais, através das interações estabelecidas com os pequenos, advindas de bons mediadores (p.189).

Ao pensar que o significado do abrigo costuma estar atrelado ao sentimento de invisibilidade, porque é resultado de um meio social e político despreparado para prover a proteção que estas crianças e adolescentes merecem, é justo que no lugar onde esses direitos devem ser contemplados, a criança e o adolescente tenham destaque a partir de suas narrativas, fazendo valer tudo o que tem a falar. Oriente e Souza (2007) atentam para a importância da voz da criança, pois ela, como principal personagem deste contexto, merece ser ouvida, de modo que tal diálogo proporcione um melhor atendimento às suas necessidades.

É também discutindo sobre os desafios e perspectivas que perpassam o ambiente do acolhimento institucional que Rossetti-Ferreira, Serrano e Almeida (2011) postulam sobre a importância de se dar voz para as crianças e adolescentes:

(...) se o que causa o acolhimento de crianças é a violação de alguns de seus direitos básicos, muitas vezes, alguns direitos continuam sendo violados durante a institucionalização. Frequentemente, a criança é o sujeito menos ouvido. Muito se fala dela, do seu melhor interesse, mas ela é pouco informada e escutada sobre seus sentimentos, medos e experiências. Seu destino vai sendo traçado, sem o seu conhecimento e participação (p.369).

O abrigo deve oferecer um ambiente favorável para que a criança e o adolescente acolhidos possam se expressar, de forma a fazer parte das relações que constroem, pois as crianças e adolescentes também têm direito às suas próprias histórias de vida. É preciso valorizar a individualidade de cada sujeito que participa da instituição, oferecendo cuidado atencioso e pleno. Por isso, é tão importante desenvolver estratégias, práticas e técnicas que permitam sempre a escuta e participação da criança e do adolescente em acolhimento institucional (ROSSETTI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011).

Dessa forma, é cabível pensar que, através de mediadores culturais, o psicólogo escolar que trabalha em instituições de acolhimento pode explorar as narrativas das crianças e dos adolescentes para que o processo socioeducativo realizado em tais instituições atente às peculiaridades do público em questão, contemplando suas necessidades.

## 2 EXPERIÊNCIA EM UM ABRIGO

Na cidade de Manaus, na tentativa de garantir os direitos que as crianças e os adolescentes manauaras têm como sujeitos, instituições de acolhimento, como o local onde a pesquisa foi realizada, acolhem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A instituição de acolhimento em questão foi fundada em 1986 com proposta educativa e formativa para favorecer a cidadania de crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de risco pessoal e social através do protagonismo juvenil, segundo o estilo salesiano. É uma instituição de caráter filantrópico, social, educacional e religioso, sem fins lucrativos, dirigida pelas Filhas de Maria Auxiliadora (Irmãs Salesianas) e mantida através de convênios e/ou doação de benfeitores. A instituição atende a aproximadamente 350 meninas, proporcionando educação integral do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e apoio socioeducativo para crianças e adolescentes do sexo feminino dos seis aos 18 anos de idade. Dentre essas crianças e adolescentes, 24 meninas estavam sob a medida protetiva de acolhimento institucional na época em que a pesquisa foi realizada. Tal número é superior ao que é permitido pela legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo regra o máximo de 20 crianças e adolescentes acolhidos por instituição. O trabalho da Instituição é baseado no Sistema Preventivo de Dom Bosco e busca cumprir através do acolhimento institucional e atividades de apoio socioeducativo o objetivo de:

Contribuir para a redução do número de meninas (crianças e adolescentes) na zona leste de Manaus, encontradas em situação de risco pessoal e social, através de uma educação integral que permita a elas descobrirem e desenvolverem suas aptidões científicas, culturais, artísticas e manuais, de modo especial, redescobrimo valores humanos e éticos capazes de fazê-las protagonistas de uma nova sociedade. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) da instituição, 2006, *apud* SILVA, 2013, p. 65).

As meninas que participam somente das atividades socioeducativas estudam pela manhã entre as séries do primeiro ao quinto ano e no período da tarde fazem atividades promocionais, de ocupação e artísticas, como aula de bordado, pintura em tecido, crochê, informática, biblioteca, teatro, dança e canto. Cada menina tem um horário específico, a partir de um planejamento individual. Sendo assim, participam de diferentes aulas ou atividades destas citadas. À noite as meninas retornam para as suas famílias, uma vez que não estão em acolhimento institucional.

Já as meninas acolhidas estudam do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental na própria instituição, enquanto aquelas que cursam séries do ensino fundamental II ou ensino médio frequentam escolas públicas próximas à instituição. À tarde as meninas participam das atividades extracurriculares, de acordo com um horário e planejamento individual. E, à noite, cumprem com suas tarefas e responsabilidades de casa dentro do abrigo, assim como, discorrem de tempo livre para lazer.

Existem três psicólogas que trabalham na referida instituição de acolhimento. Duas destas psicólogas atendem a todas as crianças e adolescentes que frequentam a escola na instituição no período da manhã e da tarde. Uma delas é responsável pelo atendimento psicoterápico clínico, para aquelas meninas que a equipe profissional da instituição consideram apresentar necessidade. Enquanto a outra profissional desenvolve com as turmas atividades lúdicas, como vídeos, músicas e jogos, ficando responsável, todos os dias, por uma turma diferente durante um período de aula, para realizar as atividades em foco. A terceira psicóloga atuante na instituição atende apenas as meninas do abrigo em situação de acolhimento institucional, através da grupo-terapia e da terapia individual.

Dentre os trabalhos oferecidos pela instituição para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social também são possíveis citar: programas evangelizadores, alimentação diária, assistência médica e social, cursos profissionalizantes, atividades físicas, de lazer e recreação, participação de eventos organizados pela instituição, atendimento psicopedagógico e psicossocial, familiar e visitas domiciliares, participação em movimentos sociais, articulação e parcerias com ONG's e OG's e capacitação de educadores. A formação das meninas difundida pela instituição visa promover a consciência crítica, postura política e ética, em favor do protagonismo juvenil.

### 3 MÉTODO

Inicialmente, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), sob o protocolo 32022014.5.0000.5020, da Universidade Federal do Amazonas. Foi feito também o contato inicial com a instituição participante que permitiu a realização do trabalho por meio da elaboração do Termo de Anuência, documento que autorizou legalmente a pesquisa em campo.

O trabalho da instituição foi acompanhado através de técnicas e instrumentos que permitiram a coleta de dados para a pesquisa e aconteceram seguindo a respectiva ordem: primeiro, foi feita a observação participante, realizada através do contato direto com as

participantes envolvidas na realidade estudada, recolhendo informações a respeito do contexto de acolhimento institucional. Essa etapa do estudo teve por fim observar e descrever as atividades pedagógicas e culturais das quais as crianças e adolescentes participavam na instituição de acolhimento, identificando a presença ou não de mediadores culturais nessas ações. Acompanhada pela elaboração de resumos descrevendo o que foi vivenciado, bem como as percepções e interpretações do observador, foram organizadas algumas ideias a respeito do que viria a ser concebido nas etapas posteriores. Dentre as atividades que puderam ser acompanhadas, é possível citar, como exemplos, uma aula de *ballet* ministrada por uma professora voluntária para meninas do 1º ano; uma atividade de colagem, que tinha como objetivo incentivar o trabalho em grupo e trabalhar o foco e a concentração, através da confecção de um mosaico; uma aula de teatro, em que as meninas ensaiavam uma apresentação que seria realizada no baile de debutante, quando todas as meninas que completam 15 anos comemoram a data; a comemoração da festa de final de ano da instituição, que celebrou a formatura de algumas meninas e apresentou um espetáculo contando a história do menino Jesus, encenado pelas meninas em acolhimento. Foi também nessa etapa da observação participante que ocorreu a apresentação do projeto para as três psicólogas que trabalham na instituição e o acompanhamento de algumas atividades realizadas pelas mesmas.

Em seguida, foram feitas entrevistas, dirigidas a três professoras que atuam na instituição, trabalhando com as crianças e adolescentes participantes do estudo. Essas entrevistas foram realizadas através de roteiros semiestruturados, gravadas e posteriormente transcritas, enfatizando o tempo de atuação na instituição, suas percepções sobre o uso de mediadores culturais enquanto motivação e apoio no desenvolvimento das ações pedagógicas e das narrativas das crianças e adolescentes enquanto enfrentamento das situações de violência às quais foram submetidas.

Por fim, foi feito um grupo focal, que, segundo Gaskell (2002), se constitui em ambiente mais natural em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros. O grupo focal foi realizado com a participação de cinco adolescentes, com idades entre 12 e 14 anos, em acolhimento no abrigo, para investigação das percepções destas acerca da importância dos mediadores culturais na constituição de suas narrativas de enfrentamento às situações de violência. A determinação das adolescentes que participaram do grupo focal foi feita junto à psicóloga do abrigo, uma vez que a mesma possuía maior contato com as meninas, e teve como principal determinante para a escolha a idade das adolescentes.



Os registros das situações foram devidamente autorizados pelos participantes através do Consentimento Livre Esclarecido, de acordo com os princípios éticos expressos na Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, que normatizam a pesquisa envolvendo seres humanos. Quem respondeu pela autorização para a participação das meninas menores de idade na pesquisa foi a própria instituição, visto que estas crianças e adolescentes estão sob à responsabilidade da instituição de acolhimento.

Após o desenvolvimento destas etapas, foi realizada a sistematização dos documentos e materiais obtidos, transcrição integral das entrevistas, dos resultados do grupo focal e sistematização dos registros obtidos através da observação participante. A análise dos dados fundamentou-se na Teoria Histórico-Cultural, por entender que a mesma concebe o fenômeno psicológico como uma construção do nível individual e coletivo do mundo simbólico, e considera a sociedade e sua cultura como local de desenvolvimento. Assim, tal fundamentação teve a finalidade de articular as diferentes experiências vividas pelas crianças e adolescentes no contexto de acolhimento institucional e as possibilidades de expressão e narrativa por intermédio de mediadores culturais.

A sistematização dos depoimentos e opiniões expressos pelas adolescentes e professoras que trabalham na instituição foi constituída a partir de categorias que emergiram de suas falas. Para a análise do grupo focal com as adolescentes foram discutidas as seguintes categorias: realidade X fantasia, atividades como perspectivas de futuro, atividades realizadas e a presença da narrativa, relação com o abrigo. Enquanto que, para a análise das entrevistas com as professoras, debateram-se as categorias: trabalho realizado pela instituição, realidade das meninas, relação das meninas com as atividades que utilizam mediadores culturais (sob a perspectiva das professoras), relação das professoras com as atividades que utilizam mediadores culturais, sendo interpretadas pela análise da conversação e da fala, empregada segundo Myers (2002), para codificar os tipos de categorias expressos nas falas dos participantes. Com a finalidade de preservar a identidade dos sujeitos, cada adolescente foi identificada através de nomes de flores, enquanto as professoras foram identificadas através dos numerais 1, 2 e 3, determinados de acordo com a ordem em que foram realizadas as entrevistas.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir do que pôde ser analisado e interpretado através das falas das participantes das entrevistas e do grupo focal, bem como da observação participante, foi possível constatar que as práticas socioeducativas da instituição em foco recorrem à utilização de mediadores culturais que podem ou não promover à narrativa, uma vez que, nem sempre estes mediadores são utilizados de forma a permitir que as crianças e adolescentes tenham voz. E sendo a narrativa de fundamental importância, pois promete dar conta da subjetividade da criança e do adolescente, é permitindo a expressão da narrativa que se torna possível trabalhar de acordo com a relação que estes sujeitos constroem com o mundo, permitindo, conseqüentemente, a constituição de um espaço que favoreça o desenvolvimento da criança e do adolescente, a partir também da criação de novos sentidos e significados.

Foram compreendidos como mediadores culturais pelas educadoras e pelas adolescentes em acolhimento institucional: as histórias infantis, brincadeiras, desenhos, poesias e dramatizações trabalhadas pelas professoras em sala de aula do 1º ao 5º ano, as atividades de bordado, pintura em tecido, crochê, informática, biblioteca, teatro, dança e canto ministradas como atividades extracurriculares e profissionalizantes e as atividades organizadas para as festas e comemorações feitas pela instituição, como é mencionado nas seguintes falas de duas das professoras:

Existe toda a programação da instituição fora a sala de aula, como o Fórum, as atividades científicas duas vezes no ano, dramatizações. (...) Trabalhar não só o conteúdo, mas esse lado, desde que seja uma situação que tenha valor, tenha sentindo, caso contrário, não vai valer (PROFESSORA 3).

Nas bases das cantigas de rodas também (...) mas sempre elas fazem apresentações. Nós tivemos três contos de fadas que foi sobre O Gato de Botas, A Bela Adormecida e João e o Pé de Feijão, elas mesmo fizeram a apresentação aqui em grupo. Eu fiz a montagem de grupo e trabalhei com elas isso (PROFESSORA 1).

As professoras mencionaram que os mediadores culturais estavam presentes nas práticas desenvolvidas pela instituição, defendendo que eram de extrema importância no trabalho com meninas que vivenciaram situações de violência, como espaço de apropriação de suas histórias e de protagonismo diante de manifestações culturais que possibilitam a essas crianças e adolescentes o aprendizado, o estabelecimento de relações sociais e o desenvolvimento integral:

Todas as atividades desenvolvidas, nós acabamos envolvendo de alguma forma esses meios culturais (PROFESSORA 3).

Eu não sou o tipo de professora que se importa somente com o conteúdo, ainda mais pelo tipo de meninas que trabalhamos, eu quero que elas se tornem pessoas honestas, pessoas humanas, no sentido mesmo de real da palavra. Onde ela possa se sentir sensível a outra pessoa, ter sentimentos à outra pessoa; é fácil ter pena, mas não devemos cuidar como coitadinhas. Não! Vocês são protagonistas da história de vocês, se passaram por dificuldades, foi um fato, então por isso estamos aqui pra ajudar... (PROFESSORA 3).

As adolescentes veem as atividades realizadas com a utilização de mediadores culturais, na maioria das vezes, como perspectivas de futuro, com intuito profissionalizante, ainda que permeada por fantasias infantis em relação à escolha da profissão e a imagem adulta, como relatam, ao falar se suas atividades favoritas realizadas na instituição:

Porque pintura em tecido eu aprendo a pintar e quando eu estiver em outros lugares eu vou saber mais. E teatro eu posso aprender muitas coisas. Aprender todas as danças, os ensaios, as músicas. E biblioteca eu posso aprender a ler. [...] Eu posso ser até professora, porque eu já aprendi (VIOLETA).

De dança porque eu quero ser bailarina, tia... Sonho, sonho, sonho (DÁLIA).

Pensar nas atividades realizadas como perspectiva de futuro é interessante ao se refletir que também é uma maneira das meninas fantasiarem e terem expectativas em relação a um futuro melhor. Mas, é preciso ter clareza de que tais atividades não devem ser feitas apenas com um intuito profissionalizante, uma vez que, os mediadores culturais dos quais elas participam são maneiras riquíssimas para se trabalhar a subjetividade.

Sendo que, para Vectore (2015, p.188), programas que utilizam estratégias mediacionais

(...) devem ser considerados ou estruturados a partir das necessidades e particularidades culturais da população a ser atendida, tem-se que a escuta das subjetividades parecem propiciar uma melhor adesão do participante em relação ao que deve ser implementado.

Ao fazer sentido para os sujeitos participantes do processo, para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento, as mesmas se tornam mais interessadas. Tal constatação fica clara quando uma das meninas menciona seu descontentamento com as aulas de música, por exemplo:

Ah, eu gosto de cantar música inglês [...] Eu gosto, mas a professora só quer cantar música brega lá. Aí eu saio é fora, às vezes (JASMIM).

Para a educação, a concepção de mediação cultural implica que a criança aprende à medida que faz parte da cultura, uma vez que, quando assimila o mundo exterior, constrói-se como sujeito, conduzindo o seu desenvolvimento. Da cultura da dança, música, leitura e pintura estas crianças e adolescentes podem, além de construir um futuro profissional, construir a sua relação com o mundo, enquanto sujeitos que dele fazem parte (ZANOLLA, 2012).

E em um contexto em que crianças e adolescentes sofrem ou sofreram situações de violência, além da separação do núcleo familiar, estando passando por um momento conflituoso que não pode ser desconsiderado, é necessário prezar por recursos que garantam o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, promovendo um acolhimento institucional com qualidade, pois a sua construção de relação com o mundo deve possibilitar também a construção de novos significados, para a superação da violência vivida, partindo de questões que façam sentido para essas crianças e adolescentes, colocando-os como participantes ativos do processo socioeducativo e incentivando a sua autonomia, para, então, construir um futuro com grandes possibilidades.

Sendo assim, a narrativa teria como objetivo garantir às meninas abrigadas o direito de falar e ser ouvida, de modo que o trabalho realizado na instituição de acolhimento esteja voltado para elas e as tenha como protagonistas, garantindo, dessa forma, a elaboração de instrumentos no planejamento do trabalho da instituição, a partir da realidade vivida por cada uma das meninas atendidas, verificando a maneira como elas são afetadas pelo mundo, atentando para o que faz sentido para elas. Honorato (2008) chama de ‘espaços da narrativa’ momentos que proporcionem o diálogo oral, corporal, gestual ou visual, de forma a tratar a história de cada um, compreendendo-o como sujeito fazedor de sua cultura, acreditando-se no valor da história narrada que ele tem a contar.

Por isso, proporcionar instrumentos que deem espaço para a narrativa é dar a oportunidade às crianças e adolescentes em acolhimento de fazerem parte da dialética que envolve o processo socioeducativo da instituição, permitindo-lhes expressar seus sentimentos, suas opiniões e vontades, acolhendo-os, de fato, e os fazendo se sentirem pertencentes à instituição.

Ao falarem de suas relações com a instituição de acolhimento, as meninas expressaram descontentamento e, ao mesmo tempo, segurança ou satisfação, como é percebido no ambíguo depoimento de Dália:

É, tia. Antes a minha cabeça, tia... vazia, tia. Rum! Ninguém vai me ver com a minha cabeça vazia, tia. O teatro não, ocupa muito a minha cabeça, a dança. [...] tem meninas que já fugiram aqui, oh... muitas vezes, tia. E a irmã L., tá aí. Aceitou, tia. Tem gente que fala que a casa não serve pra... mas serve sim, tia. Sabe por que? Porque se não servisse pra elas não voltavam pra cá. Muito mal, tia. Falam muito mal da casa, tia. Mas não, tia. Não é nada disso, tia. Eu tô aqui há muito tempo e não acho nada disso. Tem meninas que não tá aqui nem meses, tia, nem anos... aí já fala mal da casa, tia (DÁLIA).

As atividades realizadas com mediadores culturais podem “ocupar a cabeça” das meninas, como diz Dália, pois elas têm a oportunidade de sair do ambiente de vulnerabilidade em que vivem ao serem encaminhadas para a instituição de acolhimento, onde tudo lhes é oferecido da melhor forma possível, procurando atender aos critérios das Orientações Técnicas para o Acolhimento, prezando pelos direitos da criança e do adolescente defendidos pelo ECA, como é percebido no relato de Rosa:

Eu cheguei aqui normal. Olha que eu tinha oito ou sete anos. Eu cheguei aqui... eu vi que já tava tudo preparadinho... já ia ter uma festa, parece que era no dia da festa da gratidão ou no dia da festa junina. [...] Eu não sentia falta da minha família. Eu não sentia porque eu fugia de casa. Eu não queria... Eu não queria ficar com a minha família. [...] É, eu fiquei bem melhor. Mas eu já fugi daqui duas vezes (ROSA).

Mas no ambiente “harmonioso” em que as meninas são acolhidas, elas vivem também situações extremamente conflituosas. Das fugas e queixas em relação à Instituição estão refletidos também a violência que viveram em casa e a separação do vínculo familiar. Como diz Íris, que havia chegado há pouco tempo na instituição:

Eu não gosto de ficar aqui por enquanto. [...] Eu tenho vontade de ir pra casa. [...] Não... ficar longe do meu pai, eu acho chato (ÍRIS).

Por isso, mais que ocupar “mentes vazias”, os mediadores culturais precisam propiciar a oportunidade a essas meninas de trabalhar seus conflitos com suas histórias de vida, de modo a dar novos significados a ela, de forma que, é necessário se perceber a subjetividade de cada sujeito por meio deles, para que, através daquilo que é falado, se possa atentar para a historicidade de cada criança e adolescente acolhido, considerando suas particularidades, fruto das relações construídas com o mundo e trabalhando de forma a favorecer seu desenvolvimento integral saudável e garantir o cumprimento de seus direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTUDO

Constatou-se, então, que as práticas socioeducativas da Instituição de acolhimento observada através do estudo recorrem à utilização da mediação cultural, que, de acordo com os sujeitos participantes da pesquisa, aparece na sala de aula, nas atividades extracurriculares e nas festas e comemorações da Instituição, mesmo que estes mediadores nem sempre atentem para as necessidades das crianças e adolescentes, possibilitando a elas expressar essas necessidades através da narrativa, de modo que se tornem participantes da prática construída na instituição de acolhimento.

Surge, assim, outra questão a ser pensada: os mediadores culturais podem ou não ser utilizados de modo a promover a narrativa de crianças e adolescentes no processo socioeducativo de instituições de abrigo? De forma que, para cumprirem esse papel devem ser elaborados e planejados com o objetivo de dar voz às crianças e adolescentes. Pensando-os além da característica recreativa ou profissionalizante, é preciso os encarar como possibilidade de vivência cultural e manifestação subjetiva, que, enquanto parte das experiências de crianças e adolescentes em sua relação com o mundo, tornem oportuna a criação de sentidos e significados a partir do que é vivido no meio social.

Ao ser investigada a importância da narrativa no processo socioeducativo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e seus benefícios em seus desenvolvimentos, foi percebido que a narrativa, quando alcançada através dos mediadores culturais, ao darem conta da subjetividade de quem participa, torna possível perceber como o processo socioeducativo faz sentido para estas crianças e adolescentes. Fazer valer suas histórias de vida e a relação que construíram com o mundo, é incluir essas crianças e adolescentes na rotina da Instituição de acolhimento, que, além de oferecer um lugar seguro para a garantia de seus direitos, deve também ser o espaço do seu lar, de sua família, de seu mundo, seu suporte para o desenvolvimento. Para que a Instituição de acolhimento seja um lugar acolhedor, é preciso permitir que as crianças e adolescentes vivam o período de acolhimento institucional de forma participativa, fazendo do ambiente em que está morando sua casa, construindo ali sua história, muito além de um simples lugar de transição. Pois é a partir também dessas experiências presentes que poderá construir novos sentidos e significados no futuro.

É fundamental, então, que se torne oportuno trabalhar a subjetividade, compreendida como significações e sentidos produzidos através da vida cultural em sociedade, mostrando como o indivíduo é construído pelo meio social do qual participa, ao mesmo tempo em que constrói esse meio social, ao participar dele. Sendo as crianças e adolescentes em acolhimento institucional parte deste meio, é preciso fazer ouvir suas narrativas, tornando-os o foco da

prática desenvolvida e fazendo com que suas particularidades tenham valor no trabalho realizado, uma vez que tem como objetivo cuidar dessas crianças e adolescentes e de seu desenvolvimento integral, que acontece através da relação social.

Dessa forma, os educadores devem priorizar a subjetividade na prática socioeducativa que realizam. E, para isso, seria interessante uma prática vinculada ao trabalho realizado pela psicologia nas instituições de abrigo, com saberes que têm muito a oferecer a garantia de um serviço de qualidade para as crianças e adolescentes atendidos, visto que a compreensão de sujeito, por meio da teoria Histórico-Cultural, como a feita neste estudo, facilita a percepção da importância em se trabalhar a subjetividade, por meio dos sentidos e significados construídos com o mundo, que podem ser alcançados através da mediação cultural, muito pertinente à prática socioeducativa.

## **CULTURAL MEDIATION AND THE WORK OF SCHOOL PSYCHOLOGISTS IN INSTITUTIONAL CARE CONTEXTS**

**ABSTRACT:** The article reflects on the role of the psychologist in residential care context, and defends cultural mediation as a tool that enables child and adolescent participation in socio-educational practice. Cultural mediation allows expression of the narrative, insofar as it works subjectivity. Departing from a case study, this article reflects on the practice of a residential care institution. It resorts to participant observation, interviews with professors that integrate the faculty of the institution in which the case study took place studied and a focus group of five girls in residential care. The relationship of the institution with cultural mediators was studied.

**Keywords:** Residential care. Cultural mediation. Narrative.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal nº8069, de 13 de julho de 1990, Brasília, 1990.

BRASIL. **Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Governo Federal, Brasília, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013.

DAFFRE, Sílvia Gomara. As Leis e a Realidade de uma Instituição de Acolhimento. In: DAFFRE, Sílvia Gomara. **A Realidade dos Abrigos: Descaso ou Prioridade?** São Paulo: Zagodoni, 2012.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

GRAJEW, Oded. Políticas Públicas e a Garantia de Atendimento de Qualidade nos Abrigos. In: DAFFRE, Sílvia Gomara. **A Realidade dos Abrigos: Descaso ou Prioridade?.** São Paulo: Zagodoni, 2012.

HONORATO, Aurélia Regina de Souza. A Formação de Professores (Re)Significada nos Espaços de Narrativa. In: FRITZEN, Celdoni; MOREIRA, Janine. **Educação e Arte: as linguagens artísticas na formação humana.** Campinas, SP: Papirus, 2008.

MACIEL, Diva M<sup>a</sup> Albuquerque; SILVA, Iolete Ribeiro da. TACCA; M<sup>a</sup> Carmen. Psicologia Escolar e Educacional. In: BECKER, Letícia Azzolin (Orgs). **Psicologia para Concursos e Graduação: teoria e questões.** RJ: Elsevir, 2011.

MYERS, Greg. Análise da conversação e da fala. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

ORIONTE, Ivana e SOUZA, Sônia Margarida Gomes. Viver em abrigo: com a palavra, a criança. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 2(1), São João del-Rei, Março/Agosto, 2007.

REY, Fernando González. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Thomson e Pioneira. 2<sup>a</sup> Edição Revisada, 2005.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SERRANO, Solange Aparecida; DE ALMEIDA, Ivy Gonçalves. Desafios e Perspectivas para o Acolhimento Institucional. In ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SERRANO, Solange Aparecida; DE ALMEIDA, Ivy Gonçalves (Orgs). **O Acolhimento Institucional na perspectiva da Criança.** São Paulo: Hucitec, 2011.

SILVA, Saulo Vieira Cavalcante da. **Identidades Socioculturais e Processos de Aprendizagem de Meninas em Situação de Vulnerabilidade Social.** 2013. 186p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, 2013.

VECTORE, Celia. Estratégias Mediacionais: possibilidades de inserção do psicólogo escolar/educacional em abrigos. In: MARTINEZ, Albertina Mitjás (Orgs). **Psicologia**



**Escolar e Compromisso Social:** novos discursos, novas práticas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente** (7º ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZANOLLA, Silvia Rosa da Silva. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte , v. 24, n. 1, Abril 2012.